

Boletim Informativo

EDIÇÃO N° 08



Centro de Apoio Operacional às
Promotorias de Justiça de Assistência Social

APRESENTAÇÃO

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) reafirma, nesta edição, seu compromisso com a defesa dos direitos sociais e a promoção de políticas públicas voltadas à cidadania e ao fortalecimento da rede de proteção. Destaca-se a atuação institucional na área de segurança alimentar e nutricional, com iniciativas que buscam enfrentar a fome e valorizar a agricultura familiar.

De forma destacada, apresentamos também a atuação de outros Ministérios Públicos estaduais, que vêm desenvolvendo ações em diferentes frentes, como a proteção de populações em situação de rua, o acompanhamento de políticas públicas de saúde, a defesa dos direitos de crianças, adolescentes e idosos, e o fortalecimento da assistência social. Essas iniciativas demonstram o compromisso do Ministério Público em todo o país com a efetivação de direitos fundamentais e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Na seção indicações interativas, disponibilizamos materiais de apoio, cartilhas, podcasts e vídeos, que ampliam as possibilidades de informação e reflexão sobre temas relevantes para a atuação ministerial e para a sociedade.

Boa leitura!



SUMÁRIO



01. NOTÍCIAS

02. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT).

03. ATUAÇÃO MINISTERIAL (OUTROS MP'S).

04. INDICAÇÕES INTERATIVAS

05. ATOS NORMATIVOS

Equipe

Tessaline Luciana Higuchi Viegas Devesa Cintra
Promotora de Justiça - Coordenadora

Roberta Camara Vieira Jacob
Promotora de Justiça - Coordenadora Adjunta

Jovana Albues da Silva
Auxiliar Ministerial (Direito)

Mateus dos Santos Gomes Cardoso
Residente (Direito)

1. NOTÍCIAS



[MDS anuncia plataforma "Seu Primeiro Passo" que vai ofertar cursos gratuitos a inscritos no CadÚnico](#)

Jovens inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) poderão acessar cursos gratuitos e online de capacitação, por meio da plataforma "Seu Primeiro Passo". A iniciativa, anunciada no dia 5 de agosto, integra o Programa Acredita no Primeiro Passo, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Em fase final de testes, a ferramenta deve ficar disponível ainda em agosto.

A nova plataforma é fruto de uma parceria entre o MDS, o Instituto Êxito de Empreendedorismo, o Grupo Ser Educacional, a plataforma Peixe 30, em articulação com a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES). A cerimônia de assinatura do protocolo de intenções fez parte da programação dos 43 anos da ABMES. Na ocasião, também foi realizado um seminário de marketing digital para capacitação de alunos.

A plataforma do projeto "Seu Primeiro Passo", desenvolvida pelo Grupo SER Educacional e o Instituto Êxito especialmente para o público do CadÚnico, conta com as seguintes trilhas de aprendizado: "Inteligência Artificial: o futuro é agora"; "Desenvolvimento Pessoal"; "Jornada Área Administrativa"; "Bem-vindo ao Mundo do Marketing Digital"; "Comece agora a empreender"; "Empreender: o lado doce da gastronomia"; e "Você pode Cuidar das Pessoas".

Novas trilhas serão lançadas periodicamente. Por meio da plataforma "GoKursos", serão ofertadas capacitações voltadas ao desenvolvimento de habilidades demandadas pelo mercado de trabalho. A ferramenta conta com mais de 12 mil cursos, 100% online, em todas as áreas do conhecimento.

Fonte: Governo Federal.

[Relação de Beneficiários 2025 do Programa BPC na Escola está disponível para os municípios](#)



A Relação de Beneficiários 2025 do Programa BPC na Escola já está disponível para consulta dos gestores municipais. Neste ano, são mais de 900 mil crianças e adolescentes até 18 anos, com deficiência, beneficiados pela iniciativa.

O acesso pode ser feito por meio do Sistema BPC na Escola. Nele, as equipes poderão emitir e registrar o Questionário de Identificação de Barreiras para o acompanhamento dos beneficiários.

Atualmente, mais de cinco mil municípios (91,31% do total), incluindo todas as capitais, já aderiram ao programa. São mais de 512,87 mil crianças e adolescentes com deficiência beneficiados em todo o país pelo BPC.

Após o preenchimento dos questionários, os técnicos dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) devem cadastrar no Sistema BPC na Escola os Planos de Acompanhamento dos Beneficiários e registrar todas as ações realizadas com cada criança ou adolescente.

O processo garante a integração do público atendido aos serviços socioassistenciais e demais políticas públicas, como educação, saúde e direitos humanos.

Fonte: Governo Federal.

Encontro Nacional de Gestores da Assistência Social debate fortalecimento das políticas públicas de transferência de renda

“Consolidando o SUAS pelo Brasil: panoramas regionais, novos rumos e desafios decenais”, este foi o tema do 25º Encontro do Congemas – Região Sul. Realizado nos dias 13 e 14 de agosto, em Santa Catarina, o evento contou com a participação da secretária nacional de Renda de Cidadania, Eliane Aquino, e do secretário nacional de Assistência Social, André Quintão.

O encontro foi fundamental para reforçar o compromisso do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), além de promover discussões sobre o fortalecimento das políticas públicas de transferência de renda e a garantia da proteção social.

Na ocasião, a secretária Eliane Aquino, acompanhada por técnicos da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), participou de um dos painéis do evento, que abordou o tema “Novo Bolsa Família: potencialidades e impactos na região”.

Durante sua apresentação, Eliane Aquino destacou dados relevantes sobre o programa, abordando seu alcance, impacto social e funcionamento nas diferentes regiões do país. Também ressaltou os avanços na gestão e na ampliação do acesso, reforçando o papel do Bolsa Família como ferramenta essencial no combate à pobreza no Brasil.

O Congemas é uma instância de articulação e representação dos gestores municipais responsáveis pela Política de Assistência Social em todo o país. Sua atuação visa fortalecer o SUAS por meio do diálogo, da troca de experiências, da formação continuada e da defesa de políticas públicas que garantam direitos e promovam a proteção social.

Fonte: Governo Federal.



Governo Federal publica novas regras do BPC para reavaliação de pessoas com deficiência



O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em conjunto com o Ministério da Previdência Social (MPS) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), publicou, no dia 7 de agosto, uma portaria conjunta que estabelece novas regras para a reavaliação de pessoas com deficiência que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A norma regulamenta o artigo 21 da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), que prevê a reavaliação periódica como condição para a manutenção do benefício. A partir de agora, a reavaliação biopsicossocial – composta por perícia médica e avaliação social – deverá ser realizada a cada dois anos, com o objetivo de verificar se o beneficiário ainda atende aos critérios exigidos para permanecer no programa.

Uma das principais mudanças é a dispensa da nova avaliação médica para pessoas com deficiência que já passaram por perícia oficial e tiveram prognóstico desfavorável, ou seja, com impedimentos permanentes, irreversíveis ou irrecuperáveis.

Com essa medida, mais de 150 mil pessoas que seriam convocadas imediatamente para nova perícia serão diretamente beneficiadas. A mudança representa um avanço na desburocratização do acesso ao BPC, evitando deslocamentos desnecessários e insegurança quanto à continuidade do benefício.

Fonte: Governo Federal.

Cadastro Único responde por 80% dos empregos gerados no Caged no primeiro semestre de 2025



O mercado de trabalho brasileiro manteve trajetória de crescimento no primeiro semestre, de janeiro a junho de 2025, com um saldo de 1.222.591 empregos formais, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Desse total, 977.690 vagas (80%) foram ocupadas por pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), principal ferramenta de identificação de famílias em situação de vulnerabilidade. Os números reforçam o impacto das políticas públicas de inclusão no emprego formal.

Os dados revelam um avanço na participação das mulheres no mercado de trabalho. Entre os inscritos no Cadastro Único, elas representaram 52,9% do saldo de empregos, superando os homens, que ficaram com 47,1%. Esse fenômeno também se refletiu nas admissões, onde as mulheres corresponderam a 55,5% (2.737.997) das contratações, enquanto os homens representaram 44,5% (2.196.442).

Entre os beneficiários do Bolsa Família, o saldo de empregos atingiu 711.987 vagas, equivalente a 58,2% do total geral. As mulheres também se destacaram nesse grupo, representando 55,5% das contratações líquidas. Nas admissões, elas corresponderam a 59,7% (1.410.133) e dos homens foi de 951.292 pessoas (40,3%).

As informações são fruto de cruzamento de dados realizado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) com os números do Caged.

Fonte: Governo Federal.

Governo do Brasil avança em estratégia inovadora para erradicar a fome no país

O Brasil conquistou um marco histórico ao sair do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU) dois anos antes do previsto. Isso significa que menos de 2,5% da população sofre com a subnutrição. E para alcançar essas pessoas, o Governo Federal já está executando a segunda etapa do Plano Brasil Sem Fome. O objetivo é localizar quem ainda está em situação de insegurança alimentar grave e incluir nas políticas públicas.

A estratégia do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) combina tecnologia de vigilância nutricional, cruzamento de dados e uma articulação nos níveis federal, estadual e municipal, em diálogo constante com a sociedade civil por meio de conselhos.

Entre os triênios de 2020-2022 e 2022-2024, o país reduziu de 17,9 milhões para 7,1 milhões o número de pessoas em insegurança alimentar severa. O total de brasileiros em situação de insegurança alimentar moderada + severa caiu de 46 milhões para 28,5 milhões.

Após uma década de construção de políticas de combate à fome e à pobreza, o Brasil saiu do Mapa da Fome em 2014. Agora, o objetivo foi alcançado após dois anos de retomada e atualização dos programas sociais. Para a secretaria do MDS, o resultado se deve à experiência e estrutura intersetorial de governança da política de segurança alimentar e nutricional, além das medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal desde 2023.

Fonte: Governo Federal.



Impactos positivos do Bolsa Família são debatidos no 25º Encontro Regional do Congemas



A secretária nacional de Renda de Cidadania, Eliane Aquino, e o diretor do Departamento de Benefícios Assistenciais, Amarildo Baesso, representaram o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) no segundo dia do 25º Encontro Regional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas – Sudeste), realizado em Belo Horizonte, nos dias 19 e 20 de agosto.

Os representantes do MDS participaram da mesa de debate "Segurança de Renda no SUAS: os impactos do novo Bolsa Família e da nova regulamentação do BPC", contribuindo com reflexões sobre os avanços, os desafios e o funcionamento das políticas de transferência de renda no Brasil.

O painel discutiu os impactos e as perspectivas do Programa Bolsa Família na melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias, com ênfase nas mudanças do novo desenho do programa. A secretária Eliane Aquino destacou ainda a ampliação do acesso, a modernização da gestão e os resultados já alcançados na redução das desigualdades sociais.

Fonte: Governo Federal.

Integração das políticas de desenvolvimento infantil ao SUAS é destaque em semana de debate da primeira infância



O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) em parceria com o Unicef Brasil e as Fundações Van Leer e Maria Cecília Souto Vidigal reuniram gestores de diversas áreas para discussões em torno de políticas para o desenvolvimento infantil. Os encontros, em Brasília, marcaram a Semana Nacional da Primeira Infância no SUAS.

Com o tema central "Valorização, fortalecimento e transversalização das ações na Primeira Infância no SUAS", o encontro chamou representantes do Governo Federal, parceiros institucionais e membros da sociedade civil, para debater temas como os impactos do racismo no desenvolvimento infantil e o papel do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no enfrentamento ao racismo estrutural. Proteção social, transferência de renda, cuidados e segurança alimentar na primeira infância também foram assuntos discutidos ao longo dos três dias.

No último dia do encontro, realizado em Brasília, o diretor do Departamento de Proteção Social Básica do MDS, Elias Oliveira, reforçou a importância de integrar o programa de desenvolvimento infantil à rede do SUAS. A atividade de encerramento ocorreu no dia 22 de agosto.

Fonte: Governo Federal.

Conferência celebra 20 anos do SUAS e do Movimento Nacional da População de Rua



A abertura da 1ª Conferência Livre Nacional de Assistência Social da População em Situação de Rua celebrou, no dia 26 de agosto, em Brasília, as duas décadas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); da criação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); e do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). O evento contou com a participação do secretário nacional de Assistência Social do MDS, André Quintão, e do ministro Wellington Dias, que discursou de forma remota.

Para Wellington Dias, a conferência é uma oportunidade de debate entre o Governo do Brasil e organizações que buscam participar da tomada de decisões para a área social. "É um momento de refletir sobre o SUAS que temos e SUAS que queremos para que a gente possa avançar", afirmou o titular do MDS.

Já o secretário nacional de Assistência Social, André Quintão, reforçou a importância do SUAS como política pública fundamental para a garantia de direitos e para o fortalecimento da democracia. "Desde a retomada em 2023, com o presidente Lula, a gente tem o desafio de reconstruir as políticas públicas, em geral do Brasil, mas particularmente o Sistema Único da Assistência Social", afirmou.

Com o tema "Maria Lúcia Santos Pereira: o SUAS que temos, o SUAS que queremos!", em homenagem à liderança do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), falecida em 2018, o encontro reuniu lideranças, representantes do MDS e da população em situação de rua para debater propostas e demandas sobre a política socioassistencial, tendo como destaque a violência, as violações de direitos e a invisibilidade social.

Fonte: Governo Federal.

Comissão de Finanças discute projeto que cria piso salarial para assistente social



A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados discutiu, no dia 19 de agosto, o Projeto de Lei 1827/19, que define um piso salarial para assistentes sociais. O debate foi realizado, no plenário 9.

A deputada Laura Carneiro (PSD-RJ) é relatora do projeto e foi quem pediu a reunião. Segundo ela, é preciso valorizar a profissão para atrair profissionais qualificados.

"[Os assistentes sociais] trabalham para identificar e combater as desigualdades sociais, a discriminação e a exclusão", afirma. "Sua atuação é fundamental para dar voz aos mais vulneráveis e para que políticas públicas sejam efetivadas em benefício de todos."

O projeto original, de 2019, define o piso salarial do assistente social em R\$ 4,2 mil para uma jornada de 30 horas. A Comissão de Trabalho, no entanto, aprovou uma nova versão do projeto fixando o piso em R\$ 5,5 mil.

Esse valor deverá ser reajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Seção Judiciária do Pará integra acordo para ampliar ações que garantem direitos a pessoas em situação de rua



Para garantir a execução de ações conjuntas da Política Nacional de Atenção à Pessoas em Situação de Rua (PopRUAJUD), representantes da Seção Judiciária do Pará (SJPA), do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) e do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8) assinaram, no dia 23 de julho, o primeiro termo aditivo do Acordo de Cooperação Técnica n. 055/2023. A adesão da SJPA ao Acordo já havia sido formalizada em setembro do ano passado.

O aditivo visa garantir a continuidade dos esforços institucionais dos tribunais para assegurar os direitos da população em situação de rua por meio de estratégias conjuntas. Entre as ações previstas, destacam-se a realização de mutirões para oferecer orientação e serviços de cidadania, além da promoção de cursos, palestras e eventos para capacitar juízes, servidores e outros atores envolvidos na política institucional.

O juiz federal Domingos Daniel Moutinho da Conceição Filho, diretor do foro da Seção Judiciária do Pará (SJPA), ressaltou o engajamento da Justiça Federal. "Para nós, é uma satisfação muito grande integrar essa cooperação. Estamos à disposição para participar dos mutirões com nossas equipes de atendimento, atermação, perícias e audiências para avançar esse projeto e atender a essa população que, certamente, é uma das mais vulneráveis", afirmou.

O desembargador Roberto Gonçalves de Moura, presidente do TJPA, enfatizou a importância da atuação conjunta entre os parceiros, demonstrando o compromisso da Justiça. "É uma grande atitude nossa de poder contribuir para minimizar essa circunstância tão triste. Vamos juntos trabalhar cada vez mais para pelo menos diminuir o sofrimento dessa gente", pontuou.

Fonte: TRF1 Notícias.



CNMP e CNJ firmam acordo em prol da população em situação de rua

"Esse é um ato de escuta importante, que coloca o Poder Judiciário acima do patamar natural, que é o de julgar, e o Ministério Público acima do seu referencial mais importante, que é o de controlar. Aqui, se juntam duas instituições para algo que suplanta essas funções naturais, que é a de cuidar das pessoas." A afirmação foi feita pelo presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), conselheiro Antônio Edílio Magalhães (foto), durante o 2º Encontro Nacional PopRUAJUD – Justiça Emancipatória e Liberdades Substantivas, realizado, no dia 15 de agosto, na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA).

O conselheiro compôs a mesa de honra ao lado do presidente do TJMA, desembargador Froz Sobrinho; do conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e coordenador do Comitê Nacional PopRUAJUD, Pablo Coutinho; da coordenadora-geral do Comitê de Atenção à Pessoa em Situação de Rua do Poder Judiciário do Maranhão, desembargadora Maria da Graça Amorim; e da juíza federal da 3ª Região e coordenadora executiva do Comitê Nacional PopRUAJUD, Luciana Ortiz.

Em seu discurso, o conselheiro Antônio Edílio se referiu ao acordo de cooperação técnica firmado entre o CNMP e o CNJ que tem como objetivo estabelecer fluxos permanentes e integrados com vistas a assegurar o pleno acesso à cidadania e à justiça pelas pessoas em situação de rua. O documento foi assinado, digitalmente, pelo presidente do CNMP e procurador-geral da República, Paulo Gonet, e pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso.

Fonte: Governo Federal.

A 14ª Conferência Nacional contará com Atividades Autogestionadas em sua programação



As Atividades Autogestionadas, sua primeira edição foi em 2023 na 13ª Conferência Nacional de Assistência Social. Essas atividades estarão novamente na programação da 14ª Conferência Nacional, marcada para dezembro de 2025. Inspirado pela avaliação positiva da experiência anterior – em que mais de 70% das pessoas participantes classificaram as atividades como “ótimas” ou “boas” –, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) mantém esse espaço fundamental de construção coletiva.

Com caráter não deliberativo e voltadas ao fortalecimento político de grupos organizados em articulação com o SUAS, as atividades ocorrerão no dia 6 de dezembro de 2025, das 14h às 17h30, antecedendo a cerimônia de abertura da conferência. O objetivo é fomentar debates e agendas estratégicas alinhadas ao tema da 14ª Conferência: “20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência”.

As atividades podem assumir diversos formatos – rodas de conversa, oficinas, painéis, vivências e outros – e devem estar relacionadas a pelo menos um dos cinco eixos temáticos da conferência, como a universalização do SUAS, inovação na gestão descentralizada, fortalecimento da proteção social, participação democrática e cofinanciamento sustentável.

A organização das atividades autogestionadas é de total responsabilidade das instituições proponentes, que devem arcar com todos os custos relacionados à sua realização, incluindo logística, materiais e deslocamentos. O CNAS, por sua vez, disponibilizará até 12 salas com diferentes capacidades e infraestrutura básica, respeitando a ordem e viabilidade das inscrições homologadas.

Fonte: .CNAS.

Governo de MT leva projeto de agricultura familiar à indígenas warao em situação de vulnerabilidade



A Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), em parceria com a Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer-MT) e a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (Seaf-MT), realizou, no dia 1º de agosto, uma ação social voltada à população indígena venezuelana da etnia Warao, na região do Pequizeiro, em Cuiabá.

O objetivo é iniciar a implantação de um programa de incentivo à produção rural voltado para as necessidades reais dessas famílias, promovendo não apenas o sustento, mas também a geração de renda por meio da agricultura familiar, do artesanato e da criação de animais.

A iniciativa faz parte dos esforços do Governo de Mato Grosso para garantir inclusão, cidadania e autonomia às famílias indígenas em situação de vulnerabilidade. A ação foi acompanhada pela secretária adjunta de Programa e Projetos Especiais e Atenção à Família (Sappeaf), Juliane Maciel, que destacou a importância de atender as demandas específicas das famílias Warao, respeitando suas culturas e realidades.

Durante a ação, foram realizados cadastros das famílias interessadas e levantadas informações sobre a documentação e condições de moradia dos grupos. Entre os atendidos, está a cacica Hernaida Rivero Estrella, que vive com as outras famílias há oito meses no terreno cedido, vê na proposta uma oportunidade de recomeço com dignidade.

Fonte: Governo de Mato Grosso.

Com adesão recorde, municípios de MT iniciam capacitação do Selo Unicef 2025/2028



Com a adesão de 112 municípios de Mato Grosso, a edição 2025/2028 do Selo Unicef alcança a maior participação desde o lançamento da iniciativa, em 2009. Para orientar sobre a metodologia do programa e auxiliar os gestores e técnicos das prefeituras nas atividades a serem implementadas, teve início, no dia 26 de agosto, o 1º Ciclo de Capacitações Presenciais do Selo Unicef 2025/2028. O evento, que conta com o apoio da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), no auditório do Conselho Regional de Contabilidade (CRC), em Cuiabá.

Os municípios que aderiram ao Selo foram divididos em duas turmas, cada uma composta por representantes de 56 cidades. Participam da capacitação cerca de 120 pessoas, entre mobilizadores, articuladores, e presidentes dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente. O treinamento terá continuidade com representantes dos demais municípios.

As capacitações têm como objetivo fortalecer a construção de políticas públicas eficazes nas áreas de saúde, educação, assistência social, proteção contra violências e resiliência climática. O processo formativo dedica atenção especial à promoção da equidade étnico-racial, assegurando que crianças indígenas, quilombolas e aquelas em situação de maior vulnerabilidade sejam plenamente contempladas nas ações e serviços ofertados.

Fonte: AMM MT.

Gestores municipais já podem acessar a lista de beneficiários do BPC na Escola 2025



A Relação de Beneficiários 2025 do Programa BPC na Escola já está disponível para consulta dos gestores municipais. Neste ano, são mais de 900 mil crianças e adolescentes até 18 anos, com deficiência, beneficiados pela iniciativa.

O acesso pode ser feito por meio do Sistema BPC na Escola. Nele, as equipes poderão emitir e registrar o Questionário de Identificação de Barreiras para o acompanhamento dos beneficiários.

Atualmente, mais de cinco mil municípios (91,31% do total), incluindo todas as capitais, já aderiram ao programa. São mais de 512,87 mil crianças e adolescentes com deficiência beneficiados em todo o país pelo BPC.

Após o preenchimento dos questionários, os técnicos dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) devem cadastrar no Sistema BPC na Escola os Planos de Acompanhamento dos Beneficiários e registrar todas as ações realizadas com cada criança ou adolescente.

O processo garante a integração do público atendido aos serviços socioassistenciais e demais políticas públicas, como educação, saúde e direitos humanos.

Fonte: AMM MT.

Municípios que não investirem 10% no controle social podem perder repasses do Bolsa Família a partir de 2026



Uma mudança importante está prestes a impactar os municípios de todo o país: a partir de 2026, quem não destinar ao menos 10% dos recursos dos Índices de Gestão Descentralizada (IGD/SUAS e IGD/PBF) para fortalecer os conselhos de assistência social poderá perder os repasses do Bolsa Família e do Cadastro Único. A obrigatoriedade está prevista na Resolução CNAS/MDS nº 202/2025, já publicada no Diário Oficial da União.

Na prática, a mudança significa que os conselhos municipais de assistência social deverão estar estruturados, com orçamento próprio, comissões temáticas ativas, representantes da sociedade civil e relatórios financeiros quadrimestrais.

Caso não atendam aos critérios estabelecidos, o dinheiro para o Bolsa Família pode simplesmente não cair na conta da prefeitura. A AMM alerta os gestores mato-grossenses para que iniciem imediatamente as adequações orçamentárias e administrativas, garantindo que os conselhos de assistência social possam exercer com eficácia seu papel de fiscalização sobre o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único (CadÚnico).

IGD/SUAS e IGD/PBF são os repasses feitos mensalmente pelo Governo Federal aos municípios para apoiar a gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família. Uma parte desses valores, segundo a nova norma, deve obrigatoriamente ser usada para dar estrutura aos conselhos que fazem o controle social desses programas, ou seja, que fiscalizam, acompanham e garantem que os direitos das famílias mais vulneráveis estejam sendo respeitados.

Fonte: AMM MT.

Governo Federal seleciona propostas do Minha Casa, Minha Vida em mais de 60 municípios de MT



O Ministério das Cidades publicou seleção de propostas do programa Minha Casa, Minha Vida, por meio de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – MCMV-Urbano Sub50 (FNHIS) –, para subsídio de novas moradias em áreas urbanas com até 50 mil habitantes. Mais de 2,7 mil municípios foram selecionados, incluindo 65 de Mato Grosso, resultando em aproximadamente 60 mil unidades habitacionais.

Os municípios selecionados precisam, primeiramente, cadastrar suas propostas até 12 de setembro deste ano, na plataforma TransfereGov (programa 5600020250030).

Os municípios com propostas habilitadas e selecionadas terão até 10 de março de 2026 para reunir toda documentação necessária para a contratação (termos de compromisso na Caixa Econômica Federal).

De acordo com as regras estabelecidas pela Portaria MCID nº 892, publicada na edição extra do Diário Oficial da União (DOU), essa seleção vai permitir a contratação de 30 mil unidades habitacionais. O repasse de recursos da União para produção ou aquisição de novas residências limita-se a R\$ 140 mil por unidade.

Fonte: AMM MT.

2. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT)



MPMT promove encontro sobre segurança alimentar e combate à fome

O Ministério Pùblico do Estado de Mato Grosso (MPMT) realiza, nos dias 18 e 19 de setembro, o evento Cibus Veritas: Comida de Verdade para Todos, Agricultura Familiar contra a Fome, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, em Cuiabá. O encontro tem como objetivo fomentar o debate sobre políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, com foco na agricultura familiar como estratégia de enfrentamento à fome.

A iniciativa é promovida pela Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania, Consumidor, Direitos Humanos, Minorias, Segurança Alimentar e Estado Laico, pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) – Escola Institucional do MPMT, e pelo Centro de Apoio Operacional (CAO) Direitos Humanos, Diversidade e Segurança Alimentar.

O evento é voltado para membros(as), servidores(as), estagiários(as), residentes, colaboradores(as) do Ministério Pùblico, além de acadêmicos de Nutrição, Agronomia e Engenharia Florestal e da sociedade civil em geral. E contará com transmissão em tempo real pelas plataformas Microsoft Teams e pelo canal oficial do MPMT no YouTube.



18 de setembro - Vespertino (14h30)
Palestra: **COMER SEM CULPA**

Palestrante: Profª Dra. Sophie Deram
Engenheira agrônoma, nutricionista, doutora pela USP

Mediadora: Maria Coeli Pessoa de Lima
Promotora de Justiça MPMT

15h30 Debates

“**‘Cibus’ escolha do nome carrega um forte simbolismo: unir o conceito de comida com o de verdade, destacando a importância de políticas públicas que garantam o direito à alimentação adequada como um pilar da cidadania**”, afirma o procurador de Justiça **José Antônio Borges Pereira**, titular da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania, Consumidor, Direitos Humanos, Minorias, Segurança Alimentar e Estado Laico.

Fonte: MPMT.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



MPPE, DPE e Fiocruz Promovem 2ª Oficina para População de Rua

Em um passo decisivo para a construção de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), a Defensoria Pública do Estado (DPE-PE) e o Colaboratório Pop Rua Polo PE/Fiocruz realizaram a 2ª Oficina Conjunta Pop Rua na última quinta-feira (14). O evento reuniu representantes dos poderes públicos e pessoas em situação de rua, buscando um diálogo direto e propositivo sobre os desafios enfrentados por esta população, especialmente em alusão ao dia 19 de agosto ser o Dia Nacional de Luta das Pessoas em Situação de Rua.

A iniciativa marca a continuidade de um esforço colaborativo que teve início com a 1ª oficina, oportunidade na qual foram apontadas prioridades das pessoas em situação de rua como censo específico, saúde, documentação e alimentação. O propósito da segunda oficina foi, novamente, para que as instituições, pessoas em situação de rua e os movimentos sociais reforçassem o compromisso com a participação popular, transformando a experiência de quem vive nas ruas em proposições concretas para o poder público.

A pauta da recente oficina concentrou-se em três eixos prioritários: alimentação, moradia e criança e adolescente. Segundo as lideranças presentes, o evento sinaliza um caminho de colaboração e corresponsabilidade, com a meta de traduzir a legislação em melhorias reais na vida das pessoas em extrema vulnerabilidade.

Fonte: MPPE.

MPAC e Educandário Santa Margarida reforçam parcerias para aprimorar rede de acolhimento infantil

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC) recebeu, nesta terça-feira, 30, a visita das integrantes da administração do Educandário Santa Margarida, Ednilse Dantas e Maria Edna. A instituição é uma das principais entidades de acolhimento institucional de crianças em situação de risco ou vulnerabilidade do Acre.

As representantes do Educandário foram recebidas pelo procurador-geral de Justiça, Danilo Lovisaro do Nascimento, e pelo secretário-geral do MPAC, promotor de Justiça Glaucio Oshiro. Durante o encontro, foram discutidos os desafios enfrentados no acolhimento de crianças e adolescentes, bem como as parcerias com o Ministério Público e as possibilidades de fortalecimento dessa atuação conjunta.

Um dos pontos abordados na reunião foi o recente credenciamento do Educandário Santa Margarida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que permite à instituição acesso ampliado a recursos e políticas públicas voltadas à proteção social básica e especial. As representantes reforçaram o compromisso de fortalecer a rede de apoio e convidaram o MPAC para uma visita institucional, com o objetivo de apresentar os avanços já alcançados e receber sugestões sobre o que pode ser aperfeiçoado.

Fonte: MPAC.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL OUTROS MP'S



MPPI realiza audiência pública para criação de fluxo de atendimento voltado à população em situação de rua de Teresina

O Ministério Público do Piauí (MPPI), por meio da 49ª Promotoria de Justiça de Teresina, promoveu, no dia 13 de agosto, uma audiência pública para discutir o fluxo de entrada na rede de atendimento socioassistencial voltado às pessoas em situação de rua no município de Teresina.

Durante o encontro, a **Promotora de Justiça Myrian Lago** disse que a reunião foi proposta diante de denúncias que o Ministério Público recebeu de situações envolvendo a problemática. Segundo ela, é necessário criar um número de telefone de referência para conhecimento da população que possa ser acionado sempre que existir uma situação que envolva uma pessoa em situação de rua. A partir daí, segundo ela, a equipe responsável poderá verificar o caso e encaminhar ao serviço mais adequado.

Myrian Lago também cobrou a reativação do Comitê Municipal da pessoa em situação de rua que foi criado por lei pelo próprio município mas não está funcionando.

A audiência reuniu representantes de instituições como o Centro Pop, Consultório na rua, Casa do Caminho, Pastoral de rua, Fazenda da Paz, Procuradoria do Município, Fundação Municipal de Saúde (FMS) e Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (Semcaspi).

Fonte: MPPI.

Ouvidoria/MPRJ promove ações de cidadania na Central do Brasil e no mutirão PopRuaJud 2025

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Ouvidoria/MPRJ) esteve presente em duas importantes iniciativas de atendimento à população realizadas no Centro do Rio, no dia 26 de agosto. Na Central do Brasil, a Ouvidoria Itinerante da Mulher participou do evento “Agosto Lilás”, e atendeu à população, das 09 às 13h, com o fornecimento de orientação e registro de denúncias e reclamações, contando com atendimento especializado para mulheres.

“Hoje estamos aqui para atender à população, especialmente às mulheres, oferecendo as orientações necessárias e procedendo ao registro de comunicações, com posterior envio às promotorias de justiça com atribuição, visando à preservação de seus direitos”, explicou a coordenadora da Ouvidoria da Mulher/MPRJ, **Promotora de Justiça Karina Rachel Tavares Santos**. A ação também contou com a presença da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALERJ; CEDAE; Secretaria de Estado da Mulher; Ouvidorias da Agetransp e da OAB/RJ, além do projeto social Empoderadas.

Fonte: MPRJ.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



MPPE recomenda correções estruturais e de pessoal em dois CREAS

O Ministério Públíco de Pernambuco (MPPE), por meio da 6ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Caruaru, com atribuição na Defesa da Pessoa Idosa, expediu recomendação ao prefeito e à secretaria de Assistência Social e Combate à Fome, visando corrigir irregularidades nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) Centro e Cedro, localizados no município.

Em procedimento de acompanhamento de políticas públicas, a Promotoria de Justiça constatou deficiências de pessoal, transporte, estrutura física e recursos materiais nos CREAS, em desacordo com os parâmetros do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Entre as medidas de cumprimento imediato, o MPPE requer a contratação de profissionais, especialmente advogados; disponibilização de veículos exclusivos para cada centro de referência; aquisição de computadores; e instalação de linhas telefônicas institucionais.

Fonte: MPPE.

MPAC fiscaliza cumprimento da execução da política pública de dignidade menstrual

O Ministério Públíco do Estado do Acre (MPAC), por meio da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, instaurou um procedimento administrativo para acompanhar a execução da política pública de dignidade menstrual prevista no Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual.

Esse programa foi instituído pela Lei n.º 14.214/2021. A medida considera orientações de organismos internacionais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização das Nações Unidas (ONU), que reconhecem a saúde e higiene menstrual como questões de saúde pública, dignidade humana, igualdade de gênero e garantia de direitos.

De acordo com dados do Unicef, 62% das pessoas que menstruam já deixaram de ir à escola ou a locais de lazer em decorrência da menstruação, enquanto 73% relataram constrangimento nesses ambientes. Esses números reforçam a importância de políticas públicas que garantam acesso a produtos de higiene adequados e promovam o bem-estar de meninas, mulheres e pessoas que menstruam.

O MPAC requisitou da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos informações, esclarecimentos e relatórios, e da Secretaria Municipal de Saúde dados sobre a implementação da política, incluindo a realização de campanhas educativas.

Fonte: MPAC.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



Com apoio do MP-AP e da Seas, municípios do Amapá avançam na implantação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

Em reunião realizada, no dia 18 de agosto, na sede da Associação dos Municípios do Estado do Amapá (Ameap), prefeitos, gestores municipais, representantes da Secretaria de Estado da Assistência Social (Seas) e membros do Ministério Público do Amapá (MP-AP) alinharam estratégias para a efetivação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA) nos municípios que já instituíram a lei para sua criação.

O encontro foi conduzido pelo presidente da Ameap, Carlos Sampaio, e contou com a presença dos **Promotores de Justiça da Infância e Juventude de Macapá, Eduardo Kelson** e **Samile Alcolumbre**, também coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-IJ), e do **Promotor de justiça da Infância e Juventude de Santana, Miguel Ferreira**, que coordenador-geral dos Centros de Apoio Operacional (CGCAO).

Atualmente, 11 municípios amapaenses já criaram o SFA por meio de leis municipais aprovadas em 2023, por incentivo do MP-AP que, a partir de agora, por meio do CAO-IJ e das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, se volta à fase de implantação e implementação do serviço.

Fonte: MPAP.

MPMS instaura procedimento para fiscalizar implantação da Tarifa Social de Água em Bela Vista

Para assegurar o acesso à água com tarifa reduzida para famílias vulneráveis, a 1ª Promotoria de Justiça de Bela Vista instaurou procedimento administrativo com o objetivo de fiscalizar e acompanhar a implementação da Tarifa Social de Água e Esgoto no município. O procedimento foi aberto diante da constatação de que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bela Vista (SAAE) ainda não efetivou as medidas previstas na Lei Federal nº 14.898/2024, que institui o benefício em todo o território nacional.

A Tarifa Social de Água e Esgoto garante um desconto de 50% na primeira faixa de consumo (até 15m³ por residência) para famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) ou que tenham idosos ou pessoas com deficiência que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A atuação do Ministério Públco de Mato Grosso do Sul (MPMS) foi motivada por documento encaminhado pelo Núcleo do Direito do Consumidor (Nudecon), que alertou para a ausência de providências por parte do SAAE de Bela Vista quanto à implementação da tarifa social. O MPMS ressalta que a não implementação da tarifa social configura violação aos direitos do consumidor e compromete o acesso à água para populações em situação de vulnerabilidade.

Fonte: MPMS.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL OUTROS MP'S



Pessoas em situação de rua de Fortaleza são atendidas em mutirão de serviços do MP e entidades parceiras

O Ministério Público do Ceará e entidades parceiras realizaram, no dia 18 de agosto, o "Ato pela Vida e pela Dignidade da Pessoa em Situação de Rua". A ação na Catedral Metropolitana de Fortaleza, no Centro, atendeu cerca de 500 pessoas com acolhida, orientação jurídica, assistência social, serviços de saúde, distribuição de refeições e reflexões. As atividades promovidas pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa da Cidadania (Caocidadania) do MP do Ceará fazem referência ao Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua.

O **Procurador-geral de Justiça, Haley Carvalho**, participou da ação e ressaltou que o MP está sempre atento e de portas abertas para ouvir, orientar e agir em prol dos direitos de todas as pessoas. *"Esta iniciativa reforça o nosso compromisso com a inclusão e a dignidade humana. É importante ressaltar que o trabalho do MP do Ceará junto à população em situação de rua não se restringe ao dia de hoje. Todos os dias atuamos pela garantia de direitos básicos para essas pessoas, como alimentação, saúde e moradia"*, frisou.

A coordenadora do Caocidadania, **Promotora de Justiça Camila Leitão**, enfatizou a atuação do MP como agente transformador da sociedade e indutor de políticas públicas. *"A situação de rua é temporária desde que revestida por políticas públicas eficazes de moradia, saúde, trabalho e renda. Ações como esta são extremamente necessárias para demonstrar e reforçar o compromisso do Ministério Público com esse segmento. É necessário que sejam garantidos os direitos não somente das pessoas em situação de rua, mas também das pessoas em superação de rua"*, declarou. Segundo ela, dados estimam que o Ceará tenha atualmente 12 mil pessoas em situação de rua, sendo 9 mil só em Fortaleza.

Fonte: MPCE.

'A Rua Não é Escolha': Campanha do MPPA reforça luta por dignidade da população em situação de rua

Para reforçar sua missão constitucional de promover a justiça social em defesa da sociedade, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) realiza, entre os dias 18 e 22 de agosto, a campanha "A Rua Não é Escolha", em alusão à Semana Nacional de Luta da População em Situação de Rua.

O objetivo é ampliar a visibilidade dessa população, combater estigmas e destacar direitos fundamentais como moradia, alimentação e saúde. Ao aderir à mobilização nacional, o MPPA busca sensibilizar a sociedade e fortalecer o debate sobre a importância da inclusão social e da dignidade humana.

Ao longo da semana, serão divulgados materiais informativos e de conscientização sobre a realidade das pessoas em situação de vulnerabilidade social, ressaltando a importância do acolhimento e de políticas públicas eficazes para esse segmento.

Fonte: MPPA.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL OUTROS MP'S



2ª reunião do 'Mãos Unidas' reforça ações de atenção à saúde mental e inclusão social no Pará

No dia 7 de agosto, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) promoveu, no auditório da Promotoria de Justiça de Altamira, a 2ª Reunião Regional Institucional Ampliada do projeto “Mãos Unidas – Políticas Integradas em Saúde Mental”, iniciativa que busca integrar políticas públicas nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, com ênfase na atenção à saúde mental.

Planejado pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais (CAODS) e coordenado pela **Promotora de Justiça Leane Barros Fiuza de Mello**, o projeto visa garantir direitos, ampliar o acesso a serviços especializados, promover a inclusão social de pessoas com sofrimento mental e estimular a troca de experiências entre promotorias da região, além de envolver a sociedade civil organizada.

Lançado em junho deste ano, o “Mãos Unidas” promove a atuação conjunta e integrada dos Promotores de Justiça em diversos municípios do Estado, incluindo Abaetetuba, Belém, Castanhal, Marabá, Parauapebas, Santarém, entre outros.

Fonte: MPPA.

MPPA obtém decisão favorável em ACP que objetiva a implementação de políticas públicas para a população em situação de rua

Em sentença exarada no último dia 31 de julho, o Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública e Tutelas Coletivas da Comarca de Belém julgou procedentes os pedidos formulados pelo Ministério Público em Ação Civil Pública ajuizada contra o Estado do Pará. Em sua decisão, a magistrada sentenciante reconheceu que os elementos probatórios existentes nos autos “demonstram de forma clara e inequívoca a omissão do Estado do Pará na efetivação de sua própria política pública instituída em 2021 (Lei Estadual nº 9.306/2021), bem como o descumprimento dos compromissos assumidos com a União quando da adesão à Política Nacional para a População em Situação de Rua”.

Asseverou ainda que “a ausência de políticas públicas efetivas, o descaso reiterado com as tentativas extrajudiciais de resolução da demanda e a recusa sistemática de diálogo institucional demonstram que há, de fato, grave omissão constitucional por parte do ente estadual, com repercussão direta na dignidade, integridade física e subsistência mínima de parcela vulnerabilizada da população”, tendo pontuado, por fim, que “a omissão estatal, portanto, não se traduz em mera ineficiência administrativa, mas em violação concreta aos direitos fundamentais da população em situação de rua, que se encontra absolutamente desassistida a despeito das normas legais que garantem sua proteção”.

Fonte: MPPA.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



MPPB adere à campanha que reforça luta por dignidade da população em situação de rua

Para reforçar sua missão constitucional de promover a justiça social em defesa da sociedade, o Ministério Público da Paraíba (MPPB), por meio do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Direitos Fundamentais, realiza a campanha "A Rua Não é Escolha", em alusão à Semana Nacional de Luta da População em Situação de Rua.

O objetivo é ampliar a visibilidade dessa população, combater estigmas e destacar direitos fundamentais como moradia, alimentação e saúde. Ao aderir à mobilização nacional, o MPPB busca sensibilizar a sociedade e fortalecer o debate sobre a importância da inclusão social e da dignidade humana.

Segundo a coordenadora do CAO da Cidadania, **promotora Liana Espínola Pereira de Carvalho**, a campanha "A rua não é escolha" tem um significado fundamental. *"Elá chama a atenção para o fato de que viver nas ruas não é fruto de opção pessoal, mas resultado de desigualdades profundas e da falta de políticas públicas eficazes. O Ministério Público reafirma, com esta mobilização, a necessidade de garantir direitos básicos como moradia, saúde, educação, trabalho e dignidade. É também um convite à sociedade para superar estigmas e enxergar cada pessoa em situação de rua como sujeito de direitos. Essa campanha é, acima de tudo, um chamado coletivo para que ninguém permaneça invisível"*, explicou.

Fonte: MPPB.

MPPR emite recomendação administrativa para que prefeito de Londrina vete projeto de lei que prevê internação compulsória de pessoas em situação de rua

O Ministério Público do Paraná expediu recomendação administrativa ao prefeito de Londrina, no Norte Central do estado, para que seja vetado projeto de lei, aprovado na última semana na Câmara Municipal, que prevê a internação compulsória de pessoas em situação de rua (em condições de dependência química). Análise da 24ª Promotoria de Justiça da Comarca, que assina a medida administrativa, concluiu que a proposição é ilegal, inconstitucional e contrária aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), da Política Nacional de Saúde Mental e de normas internacionais de Direitos Humanos.

O Projeto de Lei 50/2024 confere a servidores da assistência social a prerrogativa de solicitar internação involuntária de pessoas em situação de rua que estejam em condições de dependência química. A atribuição, de acordo com análise da Promotoria de Justiça, a partir de preocupação externada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Além disso, na avaliação da Secretaria e do Conselho Municipal, o texto promove segregação e estigmatização desse segmento da população e viola o princípio da universalidade do SUS. O projeto de lei também recebeu parecer contrário da Procuradoria Legislativa, que considerou o projeto "desnecessário" por não inovar o ordenamento jurídico.

Fonte: MPPR.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL OUTROS MP'S



PPA 2026-2029 e a Assistência Social: CAOP orienta a fiscalização da inclusão do SUAS nos planos

O Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça (CAOP) de Assistência Social orienta os membros do Ministério Público do Paraná sobre a importância de fiscalizar a elaboração do Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2026-2029. Este é um momento importante para garantir que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) seja devidamente contemplado no planejamento orçamentário dos municípios e do Estado, assegurando a previsão de recursos para o cofinanciamento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Durante a análise dos projetos de lei, é fundamental que se verifique a compatibilidade do PPA com os Planos de Assistência Social já aprovados pelos respectivos Conselhos. A atuação ministerial deve focar em garantir a inclusão de metas e ações específicas para a estruturação de serviços da Proteção Social Básica (CRAS) e Especial (CREAS), dos benefícios eventuais, dos programas, da gestão descentralizada do SUAS, da gestão do Cadastro Único e do BPC, da execução das emendas parlamentares, além da previsão de recursos para a gestão do Fundo e do Conselho Municipal de Assistência Social, elementos essenciais para a continuidade e qualidade dos serviços à população vulnerável.

Fonte: MPPR.

MPPE realiza evento sobre saúde mental com o intuito de capacitar policiais militares para atuação em conjunto com a Rede de Atenção Psicossocial

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) realizou, no dia 7 de agosto, o evento "Saúde Mental: Redução de danos e fortalecimento do protagonismo", no auditório da Universidade de Pernambuco (UPE), localizada na Avenida Gregório Ferraz Nogueira, bairro Bomba, em Serra Talhada. A iniciativa foi promovida pela 4ª Promotoria de Justiça de Serra Talhada em parceria com profissionais da área de saúde mental do Hospital Agamenon Magalhães.

O evento foi direcionado aos policiais militares do 14º Batalhão da Polícia Militar de Pernambuco (Batalhão Coronel Manoel de Souza Ferraz), com o objetivo de apresentar estratégias de saúde pública para o tratamento adequado de questões relacionadas à dependência química e ao atendimento de pessoas em situação de rua.

Durante a capacitação foram apresentados aos participantes os equipamentos que compõem a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), incluindo os fluxos de encaminhamento e as formas de articulação com outros órgãos da rede, como SAMU, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD) e Leitos Integrais de Saúde Mental. A ação também buscou integrar as forças de segurança aos equipamentos responsáveis pelas políticas públicas voltadas ao atendimento das pessoas em situação de rua, considerando o contexto de dependência química que frequentemente afeta essa população.

Fonte: MPPE.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL OUTROS MP'S



MPRN apura aplicação de política de trabalho para população em situação de rua em três municípios

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), por maior da 4ª Promotoria de Justiça de Ceará-Mirim, instaurou um procedimento administrativo para apurar a aplicação da Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRUA) nos municípios de Ceará-Mirim, Taipu e Pureza.

O objetivo do procedimento é fiscalizar a aplicação da Lei 14.821, de 2024, que instituiu a PNTC PopRUA. O MPRN irá acompanhar e fiscalizar as políticas públicas e instituições relacionadas ao tema.

A iniciativa do MPRN se baseia na existência da Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua, uma legislação federal recente. O objetivo é assegurar a aplicação da lei nos municípios abrangidos, promovendo o acesso a trabalho e cidadania para essa parcela da população.

Como parte das ações, o MPRN solicitou às Secretarias Municipais de Assistência Social de Ceará-Mirim, Pureza e Taipu que realizem um levantamento da população em situação de rua nos respectivos municípios. As Secretarias têm um prazo de até 60 dias para fornecer informações sobre as ações adotadas para o acompanhamento e a promoção de direitos dessa população.

Além disso, as Câmaras Municipais de Ceará-Mirim, Pureza e Taipu foram oficiadas para que informem, em até 30 dias, a existência de leis municipais que instituem bolsas de incentivo financeiro. O MPRN busca saber se existem as Bolsas de Qualificação para o Trabalho e Ensino da População em Situação de Rua (Bolsas Qualis Rua) ou outros mecanismos de inserção social e asseguramento de direitos para essa população.

Fonte: MPRN.

4. INDICAÇÕES INTERATIVAS



4. INDICAÇÕES INTERATIVAS



PARA OUVIR

1



"Entenda como funcionará a reavaliação biopsicossocial do BPC"

01:10

04:10



[Fonte: Soundcloud - Fala MDS.](#)

2



"Grandes empresas têm empregado cada vez mais pessoas do CadÚnico"

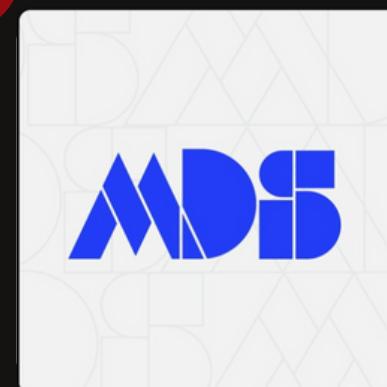
01:10

04:10



[Fonte: Soundcloud - MDS.](#)

3



"MDS lança novo Mural de Comunicação no Portal de Gestão do Cadastro Único"

01:10

04:10



[Fonte: Soundcloud - MDS.](#)

4. INDICAÇÕES INTERATIVAS



PARA LER

4

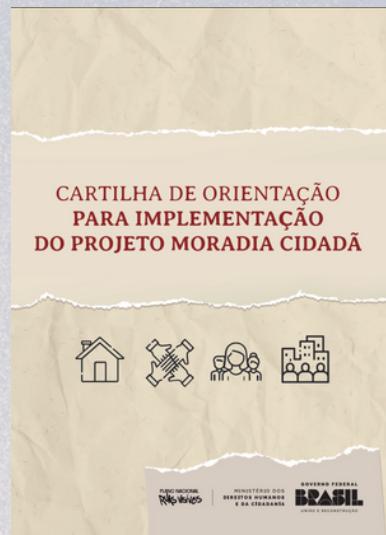
"DIRETRIZES PARA O ATENDIMENTO DE POVOS INDÍGENAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS EM PROGRAMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL"



Fonte: Governo Federal.

5

"Cartilha de orientação para implementação do projeto Moradia Cidadã"



Fonte: Governo Federal.

PARA VER

6



"O QUE É O SCFV?"

Fonte: Canal do Youtube - Tamara Almeida.

7



"Julia Salvagni - 1ª Jornada da Convivência ECD"

Fonte: Canal do Youtube - Associação Encontro com Deus ECD.



5. ATOS NORMATIVOS DO SUAS

PORTARIAS CNAS/MDS



RESOLUÇÃO CNAS/MDS N° 202, DE 25 DE JULHO DE 2025

Orienta os conselhos de assistência social, nas três esferas, quanto à sua organização e funcionamento como instância de participação e controle social do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, bem como quanto à aplicação obrigatória dos percentuais dos índices de gestão descentralizada destinados ao controle social e dá outras providências



RESOLUÇÃO CNAS/MDS N° 203, DE 15 DE AGOSTO DE 2025

Dispõe sobre a Câmara Nacional de Diálogo e de Negociação Permanente entre o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e o Sistema de Justiça.



RESOLUÇÃO CNAS/MDS N° 204, DE 15 DE AGOSTO DE 2025

Dispõe sobre critérios de elegibilidade e partilha visando à retomada do cofinanciamento federal para a realização das ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, nos Estados, Distrito Federal e Municípios.

INFORMES CADÚNICO



INFORME N° 73 • 25.7.2025

Promoção da integridade dos dados do Cadastro Único. Editada em 24 de março de 2025, a Instrução Normativa nº 1/SAGICAD/MDS apresenta os procedimentos necessários para lidar com suspeitas de fraude no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

INFORMES BOLSA FAMÍLIA



INFORME N° 91 • 21.8.2025

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) realiza o pagamento dos benefícios do Bolsa Família do mês de agosto de 2025. No mês de agosto, o Programa Bolsa Família realiza o pagamento de benefícios para cerca de 19,1 milhões de famílias no Brasil.



MPMT

Ministério Pùblico
DO ESTADO DE MATO GROSSO

